

OS VALORES DO CAPITAL NA CULTURA DIGITAL E A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA

*Ivânia Paula Freitas de Souza Sena*¹
Universidade do Estado da Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-6834-8842>

*Maria Helena Silveira Bonilla*²
Universidade Federal da Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-0137-6363>

RESUMO: Discutimos, neste texto, a relação entre as bases do capitalismo e da cultura digital e quais as influências deste processo na formação humana da juventude do campo. A cultura digital é a cultura da velocidade, do encurtamento das distâncias comunicacionais e comerciais, da intensidade, da possibilidade de trânsitos entre fronteiras nunca visitadas, do pensamento acelerado, da memória fora do corpo, da relação íntima mediada pelas máquinas, da aproximação com o desconhecido, das conversas instantâneas. Partindo desta constatação, avançamos para a compreensão de que a evolução tecnológica veloz pela qual passamos é, essencialmente, uma criação do capital cuja expansão implica ampliar suas redes, suas conexões, seus valores, os quais são incorporados não apenas às exigências do mercado de trabalho, mas a toda a sociabilidade. O movimento teórico, metodológico e analítico que orientou este trabalho tem a perspectiva histórico-dialética como base. A realidade concreta é ponto de partida do estudo e, ao mesmo tempo, ponto de chegada. O trabalho é parte de um estudo de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia que discutiu a Educação do Campo no Contexto da Cultura Digital. Problematizou-se que nesta cultura de profusão e hibridização de linguagens, os termos informação e comunicação extrapolam seus significados originais e assim, as tecnologias da informação e comunicação são mais do que ferramentas, são conteúdos culturais que atuam e desafiam a formação da juventude camponesa de múltiplas formas. Dentre as conclusões, vimos que tanto as formas, quanto o conteúdo gerado nas relações com as tecnologias, se constituem a partir de uma premissa de organização social que reúne desde os traços atuais da sociedade, até a projeção do que ela pode vir a ser.

Palavras-chave: Valores do capital. Cultura digital. Juventude Camponesa.

¹ Doutora em Educação (UFBA). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Grupo de pesquisa Educação do Campo Trabalho, contra hegemonia e emancipação humana. Brasil. ipfsouza@uneb.br.

² Doutora em Educação (UFBA). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC). Brasil. bonilla@ufba.br

VALUES OF THE CAPITALISM IN DIGITAL CULTURE AND THE FORMATION OF PEASANT YOUTH

ABSTRACT: In this text, we discuss about the relationship between the basis of capitalism and the digital culture and about its influences on human formation of the youth of the countryside. The digital culture is the culture of speed, of the shortening of commercial and communicational distances, of the intensity, of the possibility of connection between borders never visited before, of the accelerated thinking, of the memory out of the body, of the intimate relationship mediated by machines, of the approximation to the unknown, of the instant conversations. From this observation, we understand that the fast technological evolution we are going through is, essentially, a creation of the Capital whose expansion involves extending its networks, its connections, its values, which are incorporated not only to the labor market, but also to the whole sociability. The analytical, methodological and theoretical movement, which has guided this work, is based on a dialectical-historical perspective. The reality itself is the starting point and, at the same time, the point of arrival. This work is part of doctoral studies at the Post-Graduate Program in Education of Federal University of Bahia, which discussed about Rural Education in the context of Digital Culture. It was discussed that in this culture of profusion and hybridization of languages, the words information and communication exceeds their original meaning. Thus, information and communication technologies are more than tools. They are cultural contents which act and challenge the formation of peasant youth by multiple ways. Among the conclusions, we found that both the form and the content generated by the relations with technology are formed through a premise of social organization which agregates from the current features of society, up to the projection of what this society may become

Keywords: Values of capitalism. Digital culture. Peasant youth.

VALORES CAPITAL EN LA CULTURA DIGITAL Y LA FORMACIÓN DE LA JUVENTUD CAMPESINA

RESUMEN: Discutimos, en este texto, la relación entre las bases del capitalismo y la cultura digital y cuáles influencias tiene este proceso en la formación humana de la juventud campesina. La cultura digital es la cultura de la velocidad, del acortamiento de las distancias comunicativas y comerciales, de la intensidad, de la posibilidad de tránsito entre fronteras nunca antes visitadas, del pensamiento acelerado, de la memoria fuera del cuerpo, de la relación íntima mediada por máquinas, de la aproximación con lo desconocido, de las conversaciones instantáneas. A partir de esta observación, avanzamos para la comprensión de que la evolución tecnológica veloz por la cual pasamos es, esencialmente, una creación del capital, cuya expansión implica ampliar sus redes, sus conexiones, sus valores, los cuales son incorporados no apenas a las exigencias del mercado de trabajo, sino a toda sociabilidad. El movimiento teórico, metodológico y analítico que orientó este trabajo se sustenta en la perspectiva histórico-dialéctica como base. La realidad concreta es el punto de partida del estudio y, al mismo tiempo, el punto de llegada. El trabajo forma parte de un estudio de doctorado del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Bahía que discutió la Educación de Campo en el Contexto de la Cultura Digital. Se problematizó que en esta cultura de profusión e hibridación de lenguajes, los términos información y comunicación extrapolan sus significados originales y, así, las tecnologías de la información y la comunicación son más que herramientas, son contenidos culturales que actúan y desafían la formación de la juventud campesina desde múltiples formas. Entre las conclusiones, vimos que tanto las formas, cuanto el contenido generado en las relaciones con las tecnologías, se constituyen a partir de una premisa de organización social que reúne desde los rasgos actuales de la sociedad, hasta la proyección de lo que puede llegar a ser.

Palabras clave: Valores de capital. Cultura digital. Juventud Campesina.

Considerações Iniciais

O presente artigo apresenta partes de um estudo de doutoramento com tese defendida em agosto de 2020 e que discutiu a Educação do Campo no Contexto da Cultura Digital no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O contexto da pesquisa foi aquele desencadeado a partir da união dos computadores com as telecomunicações, que possibilitou não apenas o aumento da capacidade de armazenamento e circulação da informação, mas que abriu portas para a constituição de uma nova cultura, um outro modo de produzir e se relacionar com a informação, o conhecimento, a comunicação e entre as pessoas. O imbricamento informação-comunicação alterou a ideia de tempo, de espaço, de trabalho, de relacionamentos humanos, de linguagem, de aprendizagem, de economia e de ciência, enfim gerou e vem fomentando novas formas de pensar, ser, estar e produzir em sociedade.

Esta nova cultura vem ressignificando os modos de pensar, provoca mudanças que a neurociência busca exaustivamente compreender e explicar, que mexe com a estrutura dos nossos corpos, reeditando os modos de produzir e se relacionar com a arte, com os desejos e com a vida em todas as suas dimensões. É a cultura da velocidade, do encurtamento das distâncias comunicacionais e comerciais, da intensidade, da possibilidade de trânsitos entre fronteiras nunca visitadas, do pensamento acelerado, da memória fora do corpo, da relação íntima mediada pelas máquinas, da aproximação com o desconhecido, das conversas instantâneas. Agora, tudo se une numa grande rede comunicativa que ultrapassa fronteiras e altera o curso de vida em todo o planeta.

A internet, os computadores, os dispositivos digitais, especialmente os móveis e inteligentes, como os *smartphones*, ultrapassaram a ideia de simples tecnologias voltadas à informação e comunicação, para tornarem-se membros de nossas vidas, extensões do nosso corpo, partes inerentes à nossa existência, necessidades indispensáveis. Todos, em alguma medida, sentimos o efeito destes tempos conectados e velozes, seja porque têm mudado nossas rotinas drasticamente, seja porque o acesso a estas conexões têm sido negado a uma boa parcela da população, ou mesmo por que aquilo que tem sido garantido a outra parcela é insuficiente, excluindo-a do direito de usufruir de todas as potencialidades que tecnologias digitais oferecem.

Souza (2011) diz que, ao serem incorporadas ao cotidiano das pessoas, "nos seus mais diversos espaços sociais", as tecnologias da informação e comunicação (TIC) "têm sido um fator de modificação e criação de novos hábitos, possibilitando a construção de inéditas formas de relacionamentos interpessoais e organizacionais" (SOUZA, 2011, p. 42). Tudo isso tem nos

colocado em um só lugar de entendimento, o de que não dá para (e nem se quer) retroceder, é impossível "rebobinar a fita", os tempos de hoje são, sim, novos tempos, há outras formas de viver sendo tecidas e, com elas, mil e uma possibilidades revolucionárias apresentam-se, como também, novos problemas aparecem ou se agravam, em um movimento cada dia mais crescente, intenso e complexo de compreender.

Como no atual contexto de ascensão do conservadorismo e da ideologia capitalista, sobretudo, no âmbito da educação escolar (fortemente afetada pelas determinações das reformas impostas por organismos internacionais ligados à economia), muitas questões se cruzam e se confundem, detemos nosso olhar sobre algumas destas questões, para destacar o fato de que o capital se utiliza de várias estratégias de intervenção nos processos educativos, na formação de valores, na intervenção na cultura e difusão de princípios que regem as relações humanas, com fins óbvios de limitar as condições de a população apreender os fundamentos, efeitos e propósitos das mudanças, para que, sem capacidade de análises mais profundas, possa apoiar as estratégias hegemônicas, legitimá-las ou não as questionar. Ivo Tonet (2012, p. 3), tomando como base os fundamentos ontológicos de Marx, diz que a formação humana constitui-se do “processo de o indivíduo singular se tornar membro do gênero humano”, apropriando-se “do patrimônio material e espiritual acumulado pela humanidade em cada momento histórico” (TONET, 2012, p. 3). Deste modo, é fundamental assegurar o acesso ao conhecimento cultural, artístico, tecnológico, científico que a humanidade vem produzindo e, tudo isso, sem perder de vista as questões da labuta diária, as condições objetivas nas quais a vida se tece nas comunidades.

A complexidade da contemporaneidade e a multiplicidade de elementos que se entrecruzam na cultura digital vem provocando pesquisadores, ativistas e movimentos sociais, especialmente, os movimentos e organizações do Campo a pensarem sobre formas de avançar na qualificação dos processos de formação dentro dos próprios movimentos, sindicatos e também nas escolas e universidades. Daí nosso interesse em trazer para o debate a cultura digital, ressaltando o desafio da formação humana, a qual implica em criar possibilidades de os camponeses e as camponesas dialogarem com a complexidade que constitui a sociedade e suas relações, incluindo aí, as velozes transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas no campo comunicacional.

Como vivemos em um tempo que é atravessado por múltiplas linguagens, que se misturam na difusão de um quantitativo excedente de informações, é fundamental reconhecer que “as consequências cognitivas, comunicacionais e culturais da revolução digital, para os modos de se produzir e difundir conhecimento, informação e arte” (SANTAELLA, 2010, p.7)

não podem ser minimizadas. É fundamental pensar que “elas trazem para o cerne de nossas vidas privadas, profissionais e públicas questões candentes que precisam ser enfrentadas, longe dos preconceitos, dos saudosismos e das nostalgias” (SANTAELLA, 2010, p.7).

Num contexto de cultura digital, de profusão e hibridização de linguagens, os termos *informação* e *comunicação* extrapolam seus significados originais trazendo algumas indagações. Discutimos, neste texto, a relação entre as bases do capitalismo e a cultura digital e quais influências deste processo na formação humana da juventude do campo. O movimento teórico, metodológico e analítico que orientou este trabalho tem a perspectiva histórico-dialética como base. Sendo assim, a realidade concreta é ponto de partida do estudo e, ao mesmo tempo, ponto de chegada. A contradição é a categoria que move este tipo de análise, visando compreender e revelar a história em seu movimento. As reflexões trazidas são, portanto, problematizações que não se encerraram com a pesquisa e que se colocam abertas para novas reflexões e indagações.

1 Os princípios do capital: base dos velozes tempos digitais

Castells (2005) diz que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (p.25). De fato, a história mostra que o homem fez-se sujeito social através do trabalho, quando precisou produzir suas condições de existência e, para isso, criou meios que alteraram a natureza e a si mesmo. É nesse movimento que o trabalho produz cultura, compreendida desde os significados e valores, conhecimentos, crenças constituídas nas relações entre os homens, na busca por alcançar seus desejos e necessidades coletivas, presentes e futuras, “dando ao homem o comando da própria evolução [...]. A história do homem é a história dessa transformação, a qual traduz a passagem da ordem da natureza à ordem da cultura” (SIRGADO, 2000, p. 51). Para Marx e Engels (1982),

A maneira como os homens produzem/reproduzem, pelo trabalho social, as suas condições de existência, físicas e sociais, representa o seu modo de vida próprio, o qual reflete mais precisamente o que eles são. Existe uma estreita interdependência entre o modo de ser dos homens (sua essência), seus modos de produção (condições de produção) e o tipo de relações sociais que deles decorrem (p. 70-71).

Portanto, uma dada formação social (condições de produção) determina as relações sociais. Daí Marx e Engels (1982) afirmarem que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (p. 78). Se assim compreendermos, tudo o que o homem produz e como produz, reflete quem ele é. Toda a criação humana, da bomba nuclear (que ameaça a vida)

até as mais avançadas técnicas de transplante de órgãos (que salvam outras vidas), tudo isso reflete a essência humana e suas contradições, no complexo das relações sociais que ele mesmo produz e que o produz. Vygotsky (1994) diz que “a vida da sociedade não representa um todo único e uniforme, e a sociedade é subdividida em diferentes classes, [...] o caráter de classe, a natureza de classe e as diferenças de classe que são responsáveis pela formação dos tipos humanos” (p. 176). É nesse contexto dos modos de produção social que as tecnologias da informação e comunicação são analisadas.

Este tempo de todas as coisas, também é um tempo de exposição de tudo, da quebra de fronteiras entre privado e público, de informações que circulam em abundância, porém, sempre sob o risco de serem manipuladas, de tal modo que tudo é definido como duvidoso. O hibridismo do contexto atual gera tensões que alteram a forma como as pessoas percebem e vivem suas vidas, produzindo comportamentos que transitam no paradoxal movimento entre uma visão crítica acirrada sobre o mundo e a ignorância avançada, decorrente do acesso a informações rasas, rápidas, manipuladas e compartilhadas, antes que se pense sobre elas.

Nesta nova roupagem, somos capazes de estar no mesmo espaço, ainda que o corpo físico esteja geograficamente em territórios distintos, estar *com*, sem estar ao lado, ou de estar distante, estando juntos; de defender as mesmas causas, estando em pontos de interesses diferentes; de ser amigo sem se conhecer; de relacionar-se afetivamente, sem se tocar; de falar e ser ouvido (sem usar a boca ou os ouvidos); de falar e não ser ouvido; de ouvir e ignorar. A internet configurou-se como uma tecnologia mediadora das novas formas de relações sociais moldadas pelas necessidades cada dia mais exigentes do capitalismo, o que requer amplas relações em redes, que fortaleçam um tipo de inteligência coletiva que o dinamize e ao mesmo tempo, lhe dê suporte.

Com a internet e a digitalização, instalou-se um tempo de velocidade na circulação da informação que integrou mundos, por seu caráter de rede geradora de outras redes, outras tecnologias, numa incessante reprodução de novidades, que mesmo sob as velhas bases das formas de reprodução social, são capazes de produzir o inimaginável, o inesperado. A internet (com as tecnologias que a ela se associam) faz-nos viver a aceleração do tempo, do pensamento, das sensações, das emoções, bem como, a fusão de territórios comunicacionais, o rompimento comunicacional das fronteiras geográficas, o nascimento de novas lógicas comerciais, de produção científica, de ações educativas, de difusão de valores, de manifestação e produção da

arte, do conhecimento, da cultura, da política. Uma grande rede, que, de dentro e a partir dela, se constituem outras redes, que geram o esperado e o inesperado, o previsível e o imprevisível.

Neste cenário naturalizado pelo ritmo da vida cotidiana, as redes sociais, grupos de bate-papo, com centenas de informações que circulam diariamente, potencializados pelos diversos recursos comunicacionais agregados em pequenos aparelhos de telefone, geraram uma nova esfera social. Sabemos que a informação que hoje circula de forma mais acessível via acesso às tecnologias digitais, sempre foi, e continua sendo, um território disputado, já que sua produção e difusão alicerçam-se em diferentes interesses. Isso significa dizer que não há como ignorar o fato de que as tecnologias digitais estão sob o domínio do grande capital e sua estrutura, conteúdo, forma e intencionalidades refletem valores hegemônicos em expansão, muito embora existam brechas nesta lógica.

Entretanto, para ressaltar o caráter complexo, contraditório e “em aberto” desse debate, é preciso dizer que talvez seja neste contexto em que múltiplos interesses são compartilhados, difundidos e acessados por todos, que Castells (2015) veja as redes sociais, como espaços públicos capazes de “revitalizar a democracia”. Mas, as tecnologias (em si) não pensam e não tomam decisões, não atuam sem que lhes sejam atribuídas informações e funções, a partir de um padrão de comandos elaborados pelos que as criaram, pelos que as controlam e as expandem sob determinadas condições e finalidades.

Consideramos que as revoluções tecnológicas se instituem como parte das relações sociais, possuindo caráter histórico, e por isso é necessário a desnaturalização da técnica, no sentido de libertá-la de uma visão neutra. Assim, consideramos que o caráter social de toda tecnologia corresponde ao nível das necessidades e do desenvolvimento da sociedade, que são hegemônicas pelas classes dominantes, podendo ser progressiva ou regressiva (RODRIGUES, 2012, p. 3).

Antunes (2009) lembra que “as mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (2009, p.25), já que para o capitalismo sobreviver, faz-se necessária a permanente transformação das formas de produção. As tecnologias digitais, ou qualquer outra tecnologia, por si só, não alteram a realidade, não democratizam a sociedade, não libertam, nem aprisionam as pessoas. As tecnologias são produtos da sociedade e a sociedade em que vivemos tem a exploração e dominação como valores.

Sem deixar de destacar a importância do avanço técnico-científico para o desenvolvimento da totalidade social, bem como a relevância das tecnologias digitais na afirmação da comunicação e informação como direitos essenciais, é preciso não esquecer que

o desenvolvimento da ciência e da tecnologia é determinado pela lógica de acumulação do capital e não das necessidades humanas.

Contrariamente à interpretação que vê a transformação tecnológica movendo-se em direção à idade de ouro de um capitalismo saneado, próspero e harmonioso, estamos presenciando um processo histórico de desintegração, que se dirige para um aumento do antagonismo, aprofundamento das contradições e incoerência. Quanto mais o sistema tecnológico da automação avança, mais a alienação tende em direção a limites absolutos (RAMTIN, 1997, p. 248-249).

A evolução tecnológica veloz pela qual passamos é, essencialmente, uma criação do capital, que para se expandir precisa ampliar suas redes, suas conexões, seus valores (como o consumismo, a competitividade, a instantaneidade, a descartabilidade, o encurtamento do tempo de validade das coisas, a velocidade, etc.), os quais são incorporados não apenas às exigências do mercado de trabalho, mas a toda a sociabilidade. Antunes e Alves (2004, p. 17) explicam que “como a máquina não pode suprimir o trabalho humano”, porque tudo que ela é, faz ou induz, é produto do próprio homem, “necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente”, daí ser importante para o capital, na verdade, vital, à difusão e à incorporação dos seus valores, não apenas para e nas relações de trabalho (como venda da força produtiva), mas em todas as relações sociais. A isso Alves (2000) define como “captura”³ da subjetividade do sujeito, com fins de se gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade (ANTUNES, 2002). Refletindo sobre este processo, Alves (2000) afirma:

Diante de quem trabalha, encontra-se incorporado na coisa, na máquina, relações sociais de poder e de dominação de classe. Por isso, a ciência e sua extensão estranhada, a tecnologia, tende a dominar o trabalho vivo, invertendo, pela primeira vez na história da civilização, não apenas a relação entre o homem e seu instrumento de trabalho, mas entre o homem e o produto/processo de sua atividade produtiva (auto-alienação) (p. 52).

Na lógica de apropriação do capital, não apenas as formas de trabalho se alteram, mas há uma “captura” do homem, da sua consciência como sujeito social. O trabalho deixa de ser o

³ Alves faz uso do termo captura entre aspas para ressaltar que o capital se movimenta na tentativa de deter o controle sobre o inconsciente, a pré-consciência e a consciência, ou seja, sobre a subjetividade humana de modo integral. Contudo, esse processo é dialético, contraditório e sempre encontra barreiras para sua efetivação total, o que não quer dizer que é uma tentativa sem êxito, mas sim, que não há uma captura integral da totalidade social. “O que significa que o processo de captura é complexo e sinuoso, articulando mecanismos de coerção/consentimento, de manipulação em suas múltiplas dimensões, não apenas no local de trabalho, mas na esfera do cotidiano social” (ALVES, 2006, p. 89).

meio de realização das necessidades objetivas e subjetivas, para ser algo estranho ao próprio homem, ou seja, realizado fora de sua consciência e até mesmo de suas necessidades reais. “Com a máquina capitalista, o conhecimento e a atividade conscientes não estão mais no sujeito que trabalha, mas na atividade mecânica do instrumento como ferramenta utilizado a serviço da valorização do capital” (ALVES, 2007, p. 53). Deixa, portanto, de ser promotor da liberdade enquanto “[...] domínio de nós próprios e da natureza exterior, baseado na consciência das necessidades naturais [...]” (ENGELS, 1990, p. 96).

Na separação do conhecimento (ciência x tecnologia) do sujeito, a transferência do conhecimento do homem para a máquina, como ocorre com o processo de informatização e digitalização do trabalho contemporâneo, o sujeito sai da condição de condutor de sua ação, para estar a serviço das máquinas, dos seus comandos, do seu tempo, de sua inteligência. Isto ocorre numa relação, cada dia, menos autônoma e crítica, mais subordinada (nem sempre consciente) e, também, cada vez mais, naturalizada (o que torna invisíveis as contradições).

É o estranho que vira familiar (ALVES, 2007). Contudo, as novas relações homem-máquina, diferentes do período fordista, passam a exigir dos sujeitos um conjunto de conhecimentos específicos, cada dia maior e também, mais complexos, já que a produção científico-tecnológica é mais veloz, intensa e difusa. Alves (2007) diz que, “numa situação de estranhamento (e fetichismo), como ocorre no sistema do capital, a relação social de dominação (e controle) de classe é intransparente. Portanto, as novas máquinas tendem a incorporar, mais do que nunca, a dimensão estranhada de sociabilidade” (p. 63). Os sujeitos passam a ser guiados para desenvolverem inteligências a serviço de uma outra inteligência.

Desse sujeito que surge dessa relação da produção cultural mediada pela digitalização, espera-se um grau de instrução mais elevado, definido por competências específicas para um padrão ou perfil social, no qual já não cabe a postura de apenas cumprir tarefas repetitivas, e sim uma postura dinâmica, polivalente (para fazer mais de uma coisa ao mesmo tempo), flexível, para lidar com as constantes mudanças e com uma inteligência adaptativa que garanta ser possível se adequar às necessidades e tendências do contexto, sem que elas lhes pareçam estranhas, questionáveis ou passíveis de alterações. Ao analisar esse quadro, Alves (2007) alerta:

Importante observar que, o que se contrapõe ao trabalho vivo não é a máquina em geral, mas a máquina que é colocada no interior do processo de produção capitalista. Neste caso, inscreve-se mais um traço da contradição viva do capital: o desenvolvimento da máquina e do sistema de máquina, através da ciência e da tecnologia, contém em si possibilidades concretas de emancipação do homem. Mas na medida em que tal processo social ocorre no interior de relações capitalistas de produção, ele se inverte, aprofundando a

subsunção do trabalho vivo às forças sociais estranhadas (ALVES, 2007, p. 53).

A exposição das contradições intensas, que permeiam as relações socioprodutivas contemporâneas, inseridas no seio dos modos de sociabilidade capitalista, ajuda-nos a compreender que tanto as máquinas, quanto as relações sociais que se produzem a partir delas, “são produto de uma tecnologia (e também de uma ciência) que foi toda pensada sobre a base do pressuposto do trabalho humano estranhado” (ALVES, 2007, p. 53). Contudo, como o próprio Alves aponta, para ser possível superar essa lógica, é preciso “alterar o próprio processo de conhecimento e de realização técnica” (p. 53), o que não é uma tarefa simples, haja vista o avanço da ideologia capitalista em todas as áreas da vida, seu domínio dos (*e nos*) meios de informação e comunicação, bem como das (*e nas*) estruturas educacionais (via reformas intensas no sistema de ensino básico e superior).

2 Traços da cultura digital na sociedade capitalista: controle e transgressão

A cultura digital é o movimento gerado pelas “práticas sociais e humanas que vêm sendo desenvolvidas a partir do que os processos de digitalização trouxeram” (CORDEIRO, 2014, p. 126). Constitui-se de um processo no qual novos hábitos e processos se formam em atendimento às necessidades que são geradas pela presença das tecnologias digitais nas atividades cotidianas, sobretudo, no campo da informação e comunicação. Dentre suas características principais estão a intensidade de informações que circulam em menor tempo e diversos formatos, bem como a ampliação de serviços online, os quais requerem conhecimentos específicos e distintos daqueles tradicionalmente aprendidos. Assim,

[Cultura digital é] tudo que envolve os processos de digitalização, os seus artefatos, sua apropriação e usos pelos praticantes/interagentes, seus produtos materiais, a exemplo da produção de mídias ou obras artísticas. Também envolve produção de sentidos e significados, comportamentos, maneiras de pensar, relacionar, ser e estar no mundo (CORDEIRO, 2014, p. 127).

O fluxo de informações decorrente das atividades cotidianas dos sujeitos sociais pode ser compreendido a partir de vieses distintos: há uma possibilidade emancipatória, uma vez que as informações proporcionam o debate público (transpondo o monopólio da grande mídia televisiva e impressa e apontando que há outras perspectivas de análise da realidade); há também uma possibilidade de cooptação de mentalidades e opiniões, com o direcionamento de conteúdo específicos, a públicos específicos (tudo organizado por algoritmos), incluindo aí um

conjunto de falsas verdades, desinformação, preconceitos de todas as ordens, ideologias, que circulam em alta velocidade e com grande alcance populacional e geográfico, confundindo visões e formando opiniões que atendam aos interesses de uma hegemonia econômica, política e cultural que detém a posse e também domina as redes digitais, seus canais e modos de acesso. Marcuse (1999) lembra que

A tecnologia, como modo de produção, como totalidade de instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (p. 73).

Santaella (2010, p. 18) destaca que “o que impressiona não é tanto a novidade do fenômeno, mas o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e os consequentes impactos psíquicos, culturais, científicos e educacionais” que a velocidade destas mudanças causa. Há, portanto, outros modos de estabelecer relações sociais, econômicas, produtivas que vão moldando “novas formas de sociabilidade” (LEMOS, 2002), ainda que sob as mesmas bases da divisão de classe e da hegemonia do capital.

As transformações culturais decorrentes do progresso tecnológico da humanidade, inclusive no mundo da informação e comunicação, não estão isentas de contradições. Todas e todos somos testemunhas de que o avanço tecnológico não tem sido, necessariamente, sinônimo de progresso humano (em todas as suas dimensões), sobretudo, pelo fato de que ele não ocorre deslocado de um projeto de sociedade e de um conjunto de interesses econômicos, políticos e ideológicos constituídos por quem detém o domínio dos meios de produção. Assim como não há neutralidade na produção científica, não há neutralidade, também, no avanço da produção tecnológica, inclusive por conta da íntima relação entre ciência-tecnologia e financiamento. Portanto, o debate tanto sobre a ciência, como sobre a tecnologia, precisa ser sempre a partir do explicitamento de suas contradições para melhor compreender os seus processos e efeitos na sociedade.

Araújo (2007, p. 25) diz que “a complexidade e o ritmo do avanço do modo de produção capitalista não permitem que se faça uma análise linear do processo em curso”, é preciso cruzar reflexões e perceber que em um cenário de fortes disputas econômicas e políticas, as formas de exclusão e opressão, cada dia mais intensas e diversificadas, requerem exigentes capacidades de ler a realidade na sua totalidade para sobre ela atuar com maior capacidade de intervenção. A autora apresenta como argumento para esta afirmativa o fato de que “os interesses econômicos que promovem o desenvolvimento tecnológico são os mesmos que

concentram renda e excluem a maioria da população de usufruir essas conquistas” (ARAÚJO, 2007, p. 25), por isso é fundamental não perder de vista que, como diz Marx (1987), “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo” (p. 21-22) e, nesse sentido, suas estratégias para fortalecer seus propósitos são variadas e, às vezes, sutis e confusas.

No sentido das mudanças culturais em torno do acesso ao conhecimento e das relações humanas, é possível afirmar que as redes digitais quebraram barreiras geográficas e agregaram todos os que têm a oportunidade de acessá-los e que querem fazê-lo. Os ambientes ‘virtuais’ tornaram-se espaços de um outro tipo de convivência social, intensa e diária, que requer diferentes habilidades comunicativas, próprias do contexto digital e que vão sendo requeridas cotidianamente, com demandas cada dia mais diversificadas. São requisitos do uso social de dispositivos tecnológicos disponíveis, que tanto oportunizam novas experiências às pessoas como, também, as colocam à margem, já que as condições de acesso e uso desses aplicativos são diversificadas, e dependem do poder econômico e de compreensão das possibilidades abertas por essas tecnologias.

A ampliação dos serviços on-line reflete dois grandes complexos que se abrem no contexto digital: a necessidade de conhecimentos específicos e distintos daqueles tradicionalmente aprendidos, uma vez que envolvem novos códigos, com formas de organização e circulação específicas; bem como as novas estruturas de trabalho que se deslocam dos ambientes tradicionais (as empresas, fábricas, escritórios) e passam a ocorrer, de forma crescente, no modelo *home office*. Alves (2008) relaciona estas alterações como próprias do toyotismo, o que ele vai denominar de “‘ideologia orgânica’ do novo complexo de reestruturação produtiva do capital,” (p. 97) o qual, segundo o autor, “tem nas tecnologias da informação e comunicação e no sócio metabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias” (ALVES, 2008, p. 97). O toyotismo, segundo Alves (2004), tende a se disseminar, influenciar e determinar as novas qualificações do trabalho, uma vez que, neste modelo, exige-se um perfil de trabalhador que seja capaz de lidar com as características das máquinas informatizadas que se tornam inteligentes.

Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a retransferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 346).

Decorrentes desse processo, destacamos as alterações nas formas de se estabelecerem as relações pessoais e institucionais (uma vez que o acesso às pessoas e aos serviços, por exemplo, nem sempre solicitam deslocamento físico/geográfico) e a ampliação, as exigências e (paradoxalmente) os limites nos modos de produção, acesso e difusão do conhecimento que presenciamos com a ascensão das plataformas digitais com a disponibilização de conteúdo para todos os públicos e com várias finalidades.

Especialmente, a problemática que envolve as lutas diárias dos Camponeses exige uma compreensão de totalidade e do conjunto das contradições que perpassam a organização da vida no contexto do capitalismo e das disputas que nele se expressam. Estas contradições se evidenciam nas lutas enfrentadas diariamente, no chão das comunidades, dos acampamentos e assentamentos e se inserem em um contexto macro de outras relações que nem sempre reconhecemos, mas que condicionam o cotidiano. Até antes da pandemia, os movimentos camponeses percebiam as redes sociais digitais dentro desta estrutura de dominação e cooptação dos sujeitos pelo capital. Já se apontava o quanto elas consumiam grande parte do tempo das pessoas e como a cultura de supervalorização destes ambientes reforçava o esvaziamento das lutas sociais, acelerando e potencializando a lógica do consumo, a superficialização e distanciamento das relações humanas, bem como do conhecimento e da capacidade de análise crítica dos indivíduos, fortalecendo os processos de alienação. Essa premissa ainda é sustentável, considerando o fato de que as mudanças culturais nos modos de comunicação caminham lado a lado com as complexas disputas político-econômicas e isto diversifica drasticamente as formas de marginalização e opressão. Contudo, o contexto pandêmico que isolou a população mundial em suas casas, alterou esta relação, embora haja um certo cuidado com tudo que ela significa para a formação dos camponeses e camponesas.

Não há contrariedade com a introdução de uso tecnológico no processo de ensino e aprendizagem, as tecnologias podem e devem ser usadas, para aperfeiçoar a interação educador-estudante, mas jamais podem alimentar a desigualdade educacional, exclusão escolar ou sequer substituir o trabalho docente e as aulas presenciais, nem mesmo em tempo de pandemia. As plataformas digitais, instrumentos e práticas não presenciais da EaD, ampliam a exclusão escolar tanto pela não universalidade do acesso, quanto pela concepção educacional instrumental, pragmática e esvaziada de possibilidades formativas, prejudicando, principalmente, as crianças da classe trabalhadora do campo e da cidade (MST, 2020) (RAMOS, LEITE, REZENDE, 2020, p. 10).

Os movimentos do campo estão atentos para o fato de que a disponibilização tecnológica atual, a popularização da internet e das tecnologias móveis (como os celulares,

tablets e notebooks) são condições facilitadoras do acesso à informação e à produção de novos formatos de conhecimento, e o isolamento pandêmico revelou este lado. Contudo, sabem também que tais acessos não implicam um cenário de maior apropriação cultural em nível mais elaborado e elevado ou aumento das capacidades crítico emancipadoras por parte da população, especialmente no campo.

O acesso às tecnologias não se traduz em equidade social, embora seja um direito indispensável que, uma vez negado, alarga as desigualdades. Isso ocorre porque mesmo “com a globalização ou com a revolução informacional, o capitalismo não acabou nem sofreu transformação fundamental na sua estrutura” (CARDOSO, 2006, p. 37). O que houve foi uma alteração no formato de expansão da comunicação, das formas e do conteúdo da informação, mas os propósitos do capital são os mesmos: a mais valia, a expropriação e a manutenção dos processos de dominação. Em meio às várias estratégias de dominação do capital, há sempre outras estratégias combativas em curso, mostrando que a história se tece em um movimento contraditório não determinista, onde vão sendo criadas vias de libertação e de contraposição à lógica hegemônica. São formas de enfrentamento que se forjam, ou com a intenção de driblar suas regras, criando alternativas dentro da própria lógica do sistema, ou, mais radicalmente, buscando formas de superá-lo.

Os movimentos sociais, sindicais, estudantis e partidários vêm utilizando as redes sociais e outros ambientes do ciberespaço para alargarem a relação com a sociedade, apresentarem suas lutas, constituírem novas e mais intensas articulações comunicativas, que até antes dos ambientes virtuais encontravam muitas dificuldades, devido à hegemonia dos grupos de comunicação tradicionais. No período do isolamento pandêmico, as *lives* tomaram conta das redes sociais e temas importantes foram debatidos com um grande número de pessoas que não seriam alcançadas, senão via rede. As Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária Popular (JURAS), realizadas por diversas universidades no país via *lives*, seminários, exposições, encontros culturais e artísticos, cursos de formação de professores, intercâmbios entre regiões, são exemplos das transgressões que furaram a bolha da comunicação tradicional nesse período.

Entretanto, ainda que tenhamos mais possibilidades de acessar a informação e comunicação, como jamais tivemos em outro momento da história, e que haja um borramento (aparente) da fronteiras espaço-tempo-culturas, as inteligências que atuam na manutenção da ordem capitalista continuam aprofundando sua lógica, ainda que a partir de novas roupagens. Nesse sentido, é importante ficarmos atentos para o fato de que, embora cientes das rupturas culturais e socioeconômicas provenientes do avanço tecnológico dos meios de comunicação e

informação, não se pode perder de vista que sempre que se abrem possibilidades emancipatórias, também se ampliam as formas de controle e aprofundamento dos conflitos sociais para inibi-las. As fake-news, os sites de grupos reacionários, ações desencadeadas em massa por robôs, a vigilância dos algoritmos, são exemplos que ilustram esta afirmação. Como diz Primo (2008), “a tecnologia nada mesmo tem de neutra”, é uma produção social que não pode ser analisada fora das outras mediações históricas.

Por outro lado, reconhecemos que o capital, apesar de deter o poder sobre a base da produção tecnológica e sua expansão, não é capaz de determinar e controlar todas as possibilidades que se abrem a partir do fluxo informacional, comunicacional, transgressor, gerado pelas tecnologias digitais, sobretudo, as redes sociais. Neste entendimento, o reconhecimento de que há forças e lógicas em disputas é fundamental para uma postura crítica sobre o caráter aberto (porém não isento de controle) que essa cultura nos impele, que tanto pode nos colocar na direção da reprodução ingênua de práticas sociais que nos violam a existência, quanto para a construção de práticas mais emancipadoras.

3 As tecnologias digitais – elementos culturais na formação da juventude do campo

As lutas sociais no Campo partem do confronto central que se constitui da desigualdade do acesso aos bens e serviços básicos (terra e água), os quais subsidiam a defesa de um projeto societário que expõe a contradição fundamental entre capital e trabalho, a partir dos modos de fazer agricultura: a agricultura camponesa de um lado e o agronegócio do outro (CALDART, PEREIRA, et. Al. 2012). Ainda que essa seja a centralidade da luta, outras lutas passam por dentro desse confronto maior, como a busca pelo reconhecimento dos camponeses para sua própria condição de existência, pela quebra da vida no anonimato, do silêncio via palavra negada que os fez invisíveis enquanto sujeitos sociais e culturais, sobretudo, perante o Estado no desdobramento das políticas públicas.

O processo de reestruturação produtiva, as (re)configurações socioeconômicas advindas do progresso tecnológico, as formas de inserção sutis e mais invasivas do capital em todos os âmbitos da estrutura social, trouxeram para o campo conflitos não exclusivamente centrados na disputa entre ausência ou presença, garantia ou violação dos direitos negados aos camponeses. Há conflitos culturais que se intensificaram com as tecnologias digitais da informação e comunicação que tanto são vistos numa perspectiva de ruptura positiva, como também, negativa, dos modos de viver no Campo, incluindo aí as formas de educação, as manifestações culturais e a subjetividade. Estes conflitos não dizem respeito apenas à intensa

(e cada dia mais naturalizada) presença do capital, apropriando-se da terra, da água, alterando drasticamente os modos de produção econômica, violentando a vida e toda a ecologia humana no meio rural, tampouco às mudanças de hábitos na rotina das pessoas (que também interfere nas formas de produção econômica).

Um elemento que se destaca importante, e que foi historicamente negado aos camponeses, diz respeito ao direito de dizer a palavra, de posicionar-se no mundo a partir da manifestação de uma inteligência que lhe foi sonogada pelos rótulos da ignorância, pela oferta precária da escolarização, pelo estereótipo da brutalidade, da incapacidade de pensar, de produzir um outro tipo de conhecimento e de presença no mundo, que não apenas o trabalho braçal manifestado na lida com a terra, com os animais. As tecnologias digitais, a *internet*, os computadores e *smartphones*, representam a possibilidade desta visibilidade. Especialmente para os adolescentes e jovens, é uma oportunidade de demarcação de existência, do autorreconhecimento como sujeitos sociais e culturais e do anúncio dessa condição ao mundo sem fronteiras das redes *online*.

O simples fato de ter ao seu alcance a autonomia e a possibilidade de dizer (das mais diversas formas) a palavra, de fazer-se visto, ouvido, sentido, confirma a irreversibilidade dos efeitos da cultura digital no campo. “É a partir do processo vital e do conjunto de relações sociais produzidas que nascem as representações ideológicas, o imaginário social, enfim, o que o homem pensa de si e do mundo a sua volta” (SCHLESENER, 2016, p 47). Mais do que nunca, a internet e suas tecnologias de acesso são a via possível, concreta e sedutora, de apresentar-se ao mundo, misturando-se a tudo o mais que há nele, sem ter que necessariamente assumir uma identidade geográfica ou cultural e, também podendo fazê-lo, com ampla escala de alcance, se assim desejar.

A expansão tecnológica digital da informação e comunicação é, em si, incorporação de instrumentos culturais do capitalismo urbano nas comunidades rurais, que se produz sob a sensação de haver uma certa fusão cultural (devido ao caráter híbrido das redes digitais, sobretudo), como se as diferenças e as desigualdades passassem a ser irrelevantes e, para muitos, até inexistentes.

Ao compor os diversos espaços de formação da juventude, percebemos que o tempo ou os tempos não são os mesmos para eles, e que essa dimensão não tem tanto valor significativo, apesar de intervir de forma direta na maneira em que se constitui e se apresentam como jovem, rompendo na atualidade com o estigma do “Jeca Tatu” e do “ignorante”, levando-se em consideração que, cada vez mais, adentra ao Campo os aspectos inerentes ao crescimento tecnológico e nesse movimento de hibridização, não mais se distingue como

uma coisa da cidade ou da roça, mas como algo que faz parte da rotina diária desses sujeitos (OLIVEIRA; RIOS, 2016, p. 245).

Há, sem dúvidas, uma internalização de tais instrumentos, que trazem consigo tanto as possibilidades de fortalecimento da formação humana (no sentido de acesso aos bens culturalmente produzidos), como ampliam, asseveram e complexificam a presença e efeitos da cultura do capital no Campo, colocando para as famílias, escolas, organizações e movimentos sociais questões novas e desafiadoras, que ainda precisam ser melhor compreendidas e enfrentadas. Nesse sentido, recorreremos ao que Martins e Rabatini, à luz da psicologia histórico-cultural, esclarecem:

O conceito de internalização, por sua vez, deve ser apreendido como um processo no qual estão presentes tanto a conservação do que já existia como a criação do que ainda não existe. O instrumento cultural apropriado pelo indivíduo torna-se parte de seu ser, incorpora-se à sua individualidade, transmutando as capacidades do gênero humano, da humanidade como um todo, em capacidades do indivíduo (MARTINS, RABATINI, 2011, p. 355).

As tecnologias digitais são elementos culturais, não são apenas coisas, ferramentas, meios, elas trazem consigo um conteúdo comportamental, valorativo, atrativo e impositivo de certos modos de ser, agir, pensar, desejar, admirar, que se misturam ao cotidiano do campo, com forte efeito cultural, principalmente nas crianças e jovens. Na perspectiva histórico-cultural, “a cultura é produto das leis históricas, da atividade prática do conjunto dos homens, conseqüentemente, substrato de suas condições concretas de existência”. Nesse sentido, “o indivíduo é ao mesmo tempo produtor da cultura e o produto de suas internalizações” (MARTINS, RABATINI, 2011, p. 356).

Os efeitos adversos da expansão tecnológica das tecnologias da informação e comunicação (TIC) no campo acentuam a interdependência entre as questões econômicas, políticas e culturais e expõem as contradições que se constituem no processo de conquista do direito reivindicado (o direito à comunicação e à informação) e os efeitos incontroláveis e inesperados que chegam, agregados ao exercício desse direito. Mesmo com as dificuldades de conexão ou com os limites impostos pelas escolas, os jovens estão conectados com as demandas sociais próprias da cultura digital, cujos traços dessa conexão são possíveis de serem vistos nas roupas, na maquiagem, no corte de cabelo, no modo de falar e pela manifestação dos elementos culturais que expressam como referência: as músicas, os ídolos, os programas da TV, as séries e filmes, jogos online, as redes sociais, etc.

O capital está de olho na juventude uma vez que ela interage mais facilmente com as novas e mutantes formas de comunicação, produção e disseminação da informação, além de

atuar não apenas no consumo de produtos, mas, especialmente, na disseminação de valores e de novas culturas. A juventude é, para o mercado, um estilo, um jeito de ser, um fetiche, até!

Todas as novidades de mercado, todos os lançamentos, encontram hoje no jovem não exata ou obrigatoriamente o seu público-alvo efetivo. Melhor do que isso: o jovem mítico, construído como se tivesse um imenso ímpeto pelo inaugural, encarna a figura ideal para o consumo dessas novidades. Daí que, em meados dos anos 90, quando a internet e as chamadas “novas tecnologias” chegaram ao grande mercado, o jovem tenha sido desde então relacionado com o universo desse tipo de inovação. As máquinas de escrever e os telefones com fio ficaram para as secretárias (dos escritórios de homens mais velhos), os burocratas (ligados a uma lógica processual e administrativa antiga), as bibliotecárias (apegadas às estantes e aos livros de papel) e os jornalistas (das velhas redações, cheias de pessoas mais velhas, de roupa social e ventilador de teto, interessadas nas novidades que estavam chegando). Aos jovens, tudo: videogames, microcomputadores, telefones celulares, novas formas de se comunicar, novos métodos de trabalho, tudo novo (POMPEU, SATO, 2017, p. 49).

Oliveira e Rios (2016) afirmam que “o campo temático juventude é impelido por questões hierárquicas demarcadas pela necessidade de perceber que o desafio está em romper com a barreira da (in) visibilidade, especialmente no que diz respeito à juventude do Campo” (p. 242). O que se percebe é que assumir tais comportamentos (as gírias, as formas de tratamento, o vestuário, a estética do cabelo, a pose das *selfies*, etc.) parece ser fundamental para a inserção social de muitos jovens no universo cultural que eles consideram mais evoluído, mais atual. É quase um passaporte que não apenas garante sua aceitação no mundo *on-line* e nos outros grupos sociais de sua geração, como também sua permanência nesses espaços.

Não é exagerado afirmar que o capital faz da juventude um valor, uma espécie de “mito que expressa nossas buscas, nossas angústias e nossas agruras diante do imponderável da vida”, nas palavras de Pompeu e Sato (2017, p. 49). Para os autores, “a juventude, como valor, é uma construção cultural que não apenas serve para que todos saibamos o que é ser jovem (e o que fazer para sê-lo) em determinado tempo” (p. 49). Quanto mais o jovem incorpora os valores comportamentais que lhe são atribuídos, mais é aceito, por isso, menos confrontado em sua condição real de existência, já que passa a ser visto como “igual”, embora seu objetivo seja ser diferente do resto da sociedade (o que o coloca na condição de ser, o mais parecido possível, com os demais jovens de outras partes do mundo - um diferente igual).

Estamos diante de uma juventude que possui mais oportunidade de alcançar a educação e a informação, porém muito menos acesso ao emprego e ao poder; dotada de maior aptidão para mudanças produtivas, mas que acaba sendo, no entanto, a mais excluída desse processo; com maior afluência ao consumo simbólico, mas com forte restrição ao consumo material; com grande senso de

protagonismo e autodeterminação, enquanto a vida da maioria se desenvolve na precariedade e na desmobilização; e por fim, uma juventude mais objeto de políticas do que sujeito-ator de mudanças (MARTIN-BARBERO, 2008, p.12).

Esse ‘padrão’ comportamental parece dar a esses jovens a segurança de não serem percebidos nas suas diferenças identitárias, regionais, espaciais, nas fragilidades que enfrentam no dia a dia, sejam elas de ordem econômica, emocional, educacional. Porém, esse é um elemento complexo de compreender e cheio de confrontos, visto que os jovens escutados na pesquisa, ao mesmo tempo que se incorporam a essa padronização, também buscam afirmar, de algum modo, suas particularidades, seja a partir da manifestação de seu ponto de vista nas questões sociais (sobretudo na política e nos aspectos comportamentais em evidência social), na quebra de padrões tradicionais do comportamento dentro de suas famílias, ou mesmo na escola, sobretudo no aspecto da estética do corpo - as vestimentas, os cabelos, os adereços, as expectativas de futuro, a inserção em movimentos sociais e o enfrentamento social, familiar, através da exposição de sua orientação sexual.

A pesquisa da qual deriva este trabalho revelou que há uma dependência excessiva de crianças, jovens e adultos (na escola, na comunidade e nos ambientes familiares) das tecnologias, sobretudo do celular; aparecimento e aumento das doenças socioemocionais (automutilação, depressão, estresse). Também deixou evidente a necessidade de rediscutir a função da escola e da família diante do comportamento de crianças e jovens, marcado tanto pela dificuldade de lidar com normas e regras, como pela tendência ao isolamento dos grupos sociais não virtuais.

Incide ainda, sobre a escola, o desafio de problematizar as relações de trabalho que se configuram para a juventude neste cenário de reestruturação do capital e como o modelo escolar, a forma da escola organizar o trabalho pedagógico, implica nestas relações. Estas questões, no entanto, nos colocam a reafirmar que é preciso evitar a retórica da acusação/demonização ou da apologia às tecnologias (acusando-as pelo "caos" ou endeusando-as como solução) e que se faz urgente ultrapassar as adesões ingênuas ou as acusações deterministas, isoladas e aparentes. As novas configurações do capitalismo apontam, sem dúvidas, tendências contraditórias, ou seja, elas são, ao mesmo tempo homogêneas (padronizando valores e gostos) e heterogêneas (diversificando, relativizando, fragmentando o

olhar sobre a realidade), e esse caráter misto, difuso, contraditório, limita a compreensão sobre suas estratégias, seus efeitos e, sobretudo, sobre sua essência.

As transformações em curso são impossíveis de serem ignoradas e elas explicitam o quão é desafiante, complexo e contraditório o atual cenário que se expressa na dialética das utopias e distopias, ameaças e possibilidades, ganhos e perdas, que o avanço tecnológico nos tem possibilitado. Juntamente com todos os acessos tecnológicos (desejados) chegam ao campo, também, várias necessidades e imposições (desejadas, inesperadas ou indesejadas) que complexificam as relações familiares, comunitárias e educativas (seja no espaço escolar, nos movimentos e organizações sociais) e que alteram as percepções dos sujeitos sobre si e o mundo que lhes rodeia. A esse despeito, partimos do entendimento de que as tecnologias são instrumentos que, em si, reúnem intencionalidades (tendo em vista o projeto que elas integram) que estão presentes na forma de interação com elas e a partir dos conteúdos que elas nos dão acesso.

Considerações finais

No Campo de hoje, quando direitos básicos passaram a ser acessados em maior escala, as barreiras comunicacionais são rompidas, ao mesmo tempo que outras se instituem devido às novas necessidades que estes acessos trazem consigo. Este complexo movimento vai alterando o cotidiano das comunidades, especialmente a dinâmica de vida das gerações mais novas, que acabam impulsionando as outras gerações e as práticas educativas comunitárias, confrontando suas bases e instalando diferentes conflitos culturais. A dinâmica das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais constitui-se de valores e práticas que acentuam a ideologia capitalista no campo e, ao mesmo tempo, propicia uma abertura comunicacional e acesso informacional que é um direito e uma reivindicação dos sujeitos do campo. Dentre os resultados da pesquisa da qual deriva este trabalho, vimos que tanto as formas, quanto o conteúdo gerado nas relações com as tecnologias, constituem-se a partir de uma premissa de organização social, que reúne desde os traços atuais da sociedade, até a projeção do que ela pode vir a ser.

Tais premissas (da forma e conteúdo) orientam nossas vidas a partir da determinação de seu ritmo, dos gostos, das satisfações e insatisfações, do tipo (e credibilidade) da informação que respalda nossas opiniões e escolhas diversas, pela vigilância permanente e assustadora que causa insegurança, da exposição exagerada da vida, da difícil delimitação de fronteira entre o que é público e privado, entre o que é ético e não ético, entre o que é particular e coletivo, entre o que é igualdade e diversidade, entre o que é desigualdade e diferença. Para não cair nas

armadilhas do discurso capitalista e avançar no objetivo da formação humana, é preciso ultrapassar a realidade aparente, sair dos seus reflexos em direção às suas raízes.

Como esclarece Tonet (2013, p. 53), “à burguesia, independente de intencionalidade explícita, não interessa o conhecimento da realidade social até a sua máxima profundidade”, ou seja, chegar ao “nível que permite demonstrar o caráter radicalmente histórico e social da realidade social”, pois chegar a ele seria permitir “desvendar os mecanismos essenciais da produção e reprodução da forma atual da sociabilidade, marcada pela exploração do homem pelo homem, pela desigualdade social, com todas as suas consequências e da qual depende sua própria (da burguesia) existência” (TONET, 2013 p. 53).

Por fim, podemos afirmar que as tecnologias digitais ultrapassaram o lugar de meios de comunicação e informação e se tornam mediações sociais, uma vez que as formas de produzir e acessar as informações e a comunicação, que elas trazem consigo, estabelecem uma estrutura (conteúdo, forma e intencionalidade) que tem efeitos diretos nas relações sociais em todas as suas dimensões (culturais, econômicas, políticas, estéticas, afetivas, éticas e educativas), sejam essas vivenciadas ou não no Campo.

Referências

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni, Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Giovanni. O espírito do toyotismo - reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo global. Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. V. 1. 10, n ° 1, 2008- pp. 9 a 121. Disponível em <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34245>

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGpp/?format=pdf&lang=pt>

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. /Ricardo Antunes. 2 ed., São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST.** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de. Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: mstemdados.org/sites/default/files/TESE%20-%20MARIA%20NALVA.pdf. Acesso em: 16

fev. 2018.

CALDART, Roseli. Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede – a Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 67.

CORDEIRO, Salete de Fátima Noro. **Tecnologias digitais móveis e cotidiano escolar: espaços/tempos de aprender**. 2014. 327 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/browse?type=author&value=Cordeiro%2C+Salete+de+F%C3%A1tima+Noro>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 4 ed., São Paulo: Global, 1990.

LEMONS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 7. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 73-104.

MARTIN-BARBERO, Jesus. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia H.S.; FILHO, João Freire. **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: Educ., 2008. p. 9 – 32.

MARTINS, Lígia Márcia; RABATINI, Vanessa Gertrudes. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 345-358, 2011. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/125059>. Acesso em: 05 dez. 2019.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

OLIVEIRA, Adelson Dias de. RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Juventudes nas ruralidades contemporâneas: o contexto do semiárido baiano: In: CRUZ, Danilo Uzêda da Cruz (org.). **O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades**. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016.

POMPEU, Bruno; SATO, Silvio Koiti. Juventude, tecnologia e inovação: uma construção mítica na Contemporaneidade. **Revista Mídia e Cotidiano**. v. 11, n. 3, dez. 2017. Disponível em <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9844>. Acesso em: 17 jan. 2020.

RAMTIN, Ramin. (1997) "A Note on Automation and Alienation", in DAVIS, Jim, *op. cit.*

RAMOS. Márcia Mara; LEITE. Valter de Jesus. As crianças sem terrinha e o enfrentamento à pandemia de COVID-19: como brincar, sorrir e lutar nesse contexto? *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1305-1331, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1305>

RODRIGUES, Mônica A. Grossi. Metabolismo social do capital, novas tecnologias e os desafios políticos aos trabalhadores: notas ao debate. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 39-48, jul./dez. 2012.

SANTAELLA, Lúcia. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? **ReCeT: Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 17-22, 2010.

SCHLESNER, Anita Helena. Marxismo e educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação. In: SCHLESNER, Anita Helena; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria José Dozza. **Marxismo(s) & educação**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016. 270p. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/n7ckq/pdf/schlesener-9788577982110.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SIRGADO, Angel Pino. O social e o cultural na obra de Vygotsky. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 71, jul. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a03v2171.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SOUZA, Joseilda Sampaio de. **Cultura digital e formação de professores**: articulação entre os Projetos Irecê e Tabuleiro Digital. Dissertação mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11801/1/Joseilda%20Sampaio.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

TONET, I. Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VYGOTSKY, Lev S.; LURIA, R. “Alexandr Tool and symbol in child development”. In: VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. (ed.), **The Vygotsky reader**, Oxford & Cambridge, Blackwell, 1994.

As informações a seguir serão preenchidas pela Equipe Editorial da Revista após o artigo ter sido analisado e aprovado:

Recebido em: 26 de setembro de 2022

Publicado em: 30 de dezembro de 2022